

REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

ARTIGO

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA

ASSOCIATIVISM AND POLITICAL PARTICIPATION: AN ANALYSIS OF RURAL COMMUNITIES ASSOCIATIONS FROM FEIRA DE SANTANA, BAHIA

MARTINEZ SANTOS MARTINS

Bacharel em Ciências Sociais (UFRB) e mestrando em Planejamento Territorial (UEFS). E-mail: martinez.pesquisas@hotmail.com

RESUMO

Tendo em vista a importância das Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a manutenção e aperfeiçoamento da democracia participativa, este trabalho tem como principal objetivo analisar a relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais de Feira de Santana. A coleta de dados foi feita por meio de questionário aplicado aos membros das entidades selecionadas de acordo com os seguintes critérios: estejam em concordância com o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/14), possuam atividade de produção coletiva, sede própria e estejam em plena atividade. Os dados por hora examinados, conclui que de modo geral, os eleitores feirenses que participam de associação comunitária rural possuem relativamente alto nível de sofisticação política. Evidencia dessa forma, que o alto nível de conhecimento, interesse e envolvimento na política são características marcantes da cultura política das associações, contribuindo assim, para um comportamento de maior participação nas questões públicas. Se por um lado os dados apresentam pouca confiança nas instituições políticas, por outro, apresentam níveis relevantes de confiança interpessoal, em especial com os próprios membros da associação que fazem parte. O que explica a disposição no fortalecimento de uma cultura política com valores relevantes para o associativismo, portanto, uma preocupação com as diversas questões coletivas.

Palavras-chave: Associativismo, participação política, democracia.

ABSTRACT

Bearing in mind the importance of Civil Society Organizations (CSOs) for the maintenance and improvement of participatory democracy, this work has as main objective to analyze the relationship between associations and political participation in rural community associations in Feira de Santana. Data collection was performed through a questionnaire applied to members of the selected entities according to the following criteria: be in compliance with the New Regulatory Framework for Civil Society Organizations (Law Nº 13,019/14), have collective production activity, own headquarters and be in full activity. The hourly data examined, concludes that, in general, voters in Feirense who participate in a rural community association have a relatively high level of political sophistication. In this way, it shows that the high level of knowledge, interest and involvement in politics are outstanding characteristics of the political culture of the associations, thus contributing to a behavior of greater participation in public issues. If, on the one hand, the data show little confidence in political institutions, on the other, they show relevant levels of interpersonal trust. The results presented explain positively the willingness of members to foster a political culture with relevant values to associations.

Keywords: Associations, political participation, democracy.

INTRODUÇÃO

A democracia é uma forma de exercício do poder, que tem como princípio básico a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões políticas. A forma representativa de democracia por muito tempo foi compreendida enquanto modelo ideal que assegurava liberdade e igualdade entre todos os cidadãos. Entretanto, os partidos e políticos que deveriam representar diferentes segmentos da sociedade, já não conseguem identificar e atender todas as demandas da população.

O conceito de democracia participativa surge como resultado da crise do modelo representativo, tendo como característica uma forma semidireta, por não desconsiderar seus representantes, mas aproximando os representados da arena de decisão política. Portanto, a consolidação do regime democrático deliberativo passa por uma participação efetiva dos agentes políticos. Sem o envolvimento dos cidadãos nas questões públicas, a democracia perde em qualidade, restando tão somente sua dimensão formal e/ou institucional.

Ao longo do tempo a literatura política (OSLON, 1999; PUTNAM, 2006) tem apontado e destacado a importância da ação coletiva de um grupo organizado na luta por mudanças sociais por meio do conflito político. No Brasil, os movimentos sociais ganharam mais importância a partir da década de 1960 quando surgiram os primeiros movimentos de luta em oposição ao regime autoritário vigente.

Diante da pluralidade das sociedades contemporâneas, a participação de indivíduos em organizações da sociedade civil é vista não como modalidades de ação política alternativas a representação política, mas como alternativas que ultrapassam os canais formais e/ou institucionais de mediação política no contexto de um sistema político democrático (ALMEIDA, 2014).

Tendo como base diversos estudos e pesquisas (AVELAR, 2007; BONIFACIO, 2012) nota-se que um dos principais problemas de democracias recentes como o caso do Brasil é o déficit de participação política dos cidadãos nas decisões, fiscalização e implementação de política públicas, seja por canais formais ou informais de envolvimento político.

Nesse sentido, a participação política é apontada em diversos estudos e pesquisas (CASTRO, 1994; AMORIM, 2011; BONIFACIO, 2012; AVELAR, 2007) como principal passo para que os excluídos se libertem da alienação política. Portanto, de modo a compreender a relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais, surge o problema a ser abordado na pesquisa: Quais as especificidades da cultura política presentes nas associações comunitárias rurais que promovem uma maior participação política e devoção dos atores sociais com as questões coletivas?

O presente estudo tornar-se-á um instrumento de medição para avaliar o desenvolvimento democrático das associações comunitárias rurais e ajudará a compreender de que forma a consciência política e a cultura cívica tem contribuído para a construção de uma efetiva democracia participativa. As pesquisas são um trunfo para a literatura especializada,

possibilitando comparações espaciais e temporais. O estudo trará contribuições teórico-metodológicas para o campo de pesquisa em associativismo comunitário, participação política e democracia participativa.

A pesquisa bibliográfica foi constituída de levantamento, seleção, fichamento e análise de concepções e percepções relacionadas ao tema da pesquisa. Nesta primeira etapa buscou-se contribuições teóricas de autores que produziu artigos, dissertações e teses acerca dos conceitos de associativismo, cultura política, democracia participativa, participação política, capital social, sofisticação política, consistência ideológica, representação política, confiança interpessoal e institucional.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental para catalogação de informações referentes quantificação do número de associados de cada uma das entidades pesquisadas. O contato com as associações se deu devido a relação pregressa do pesquisador com segmentos dos movimentos sociais de Feira de Santana e por intermédio da Federação das Associações Municipais de Feira de Santana e do Centro de Comercialização de Economia Solidária da Secretaria de Planejamento Social do mesmo município.

Foram investigadas as entidades que estão de acordo com o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade civil (Lei nº 13.019/14), possuam atividade de produção coletiva, sede própria e estejam em plena atividade. As associações investigadas de acordo com os critérios acima descritos são as seguintes: Tanquinho de Humildes (Humildes), Vila Feliz (Tiquaruçu), Lago da Negra (São José), Teodoro Basto de Carvalho (Bomfim de Feira), Associação Comunitária do Caroá (Ipuaçu), Moita da Onça (Matinha), Mantiba (Jaíba), Conselho Comunitário de Jaguará (Jaguará).

A coleta de dados está sendo realizada por meio de questionário aplicado aos membros das associações selecionadas. Para atingir o objetivo geral da pesquisa buscará avaliar os seguintes variáveis: confiança (interpessoal e institucional), interesse, envolvimento político (saliência), conhecimento de política (sofisticação política), consistência ideológica e envolvimento em canais não convencionais de participação. Nesse sentido, o questionário pretende identificar a existência de uma relação “lógica” entre confiança, sofisticação política, consistência ideológica e cultura cívica dos membros das associações comunitárias rurais.

Por último, análise e interpretação dos dados colhidos, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar a realidade investigada. Para tabulação das respostas acerca da confiança, sofisticação política e estruturação ideológica foi utilizado o SPSS – Software aplicativo, um programa de análise estatística mais usado nas Ciências Sociais.

Esse caminho de investigação irá possibilitar uma melhor análise e compreensão dos resultados acerca da relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais e a influência do associativismo na construção da democracia participativa. A pesquisa resultará

numa dissertação que identificará especificidades, avanços e desafios das associações comunitárias rurais de Feira de Santana na reestruturação e consolidação da democracia.

O ASSOCIATIVISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O pensamento liberal considera a democracia como um procedimento para o estabelecimento e a manutenção de sistemas políticos representativos. "A ampliação da participação política não seria algo desejável, pois colocaria em risco a estabilidade do sistema, pelo excesso de demandas e pressões" (GANANÇA, 2006, p.5).

Na perspectiva liberal, com relação ao associativismo, ele teria uma função essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao possibilitar a agregação de interesses individuais e a sua expressão na esfera pública, assim como permitiria a educação dos cidadãos para a prática e o convívio democrático. As associações poderiam ser consideradas escola de civismo de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e a estabilidade social e cultural vigente (GANANÇA, 2006).

Nesse sentido, as associações seriam estruturas que evitariam a atomização da vida social, agregando interesses e educando o indivíduo para o convívio social. Os indivíduos de uma mesma classe ou segmento social aprenderiam a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns.

A ação coletiva institucionalizada por meio de associações pode ser interpretada a partir de diversas perspectivas teóricas. Enquanto para teoria liberal as funções estruturantes das associações resumem-se simplesmente a manutenção do sistema político e escola cívica, por outro lado, a teoria da democracia participativa, argumenta que a participação política dos cidadãos para além da questão institucional, ajuda a influenciar decisões e compartilhar o poder.

Consolidar uma sociedade mais democrática e justa, em nossa opinião, deve ser o objetivo motivador para constituição das associações comunitárias. Assim, as associações, além de servirem como base, em microescala, para o desenvolvimento da democracia, estariam, também, aglutinando as pessoas e organizando-as no sentido de buscar uma sociedade com menos injustiça e pobreza (SANTOS, 2010, p. 34).

Portanto, para a teoria da democracia participativa, o associativismo pode ser um forte instrumento político, tanto para consolidar sistemas políticos, quanto para promover a crítica e desestabilização.

Historicamente, a instabilidade política vivida entre os anos de 1964 e 1985 em decorrência do regime militar, configura-se enquanto um momento importante para analisar a participação dos movimentos sociais que surgiram naquele momento em oposição ao regime imposto, na luta por maior liberdade e participação.

O associativismo no Brasil ganhou maior relevância com o processo de mobilização dos movimentos sociais na década de 1980 em contrapartida ao regime militar implantado em 1964 (LUCHMANN, 2012). Depois de 21 anos de ditadura, sustentada pela repressão, vigilância dos meios de comunicação e quase nenhuma possibilidade de liberdade de expressão, a luta pela redemocratização mobilizou diferentes segmentos e instituições da sociedade civil, entre os quais podemos citar: a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Sociedade Brasileira para o Progresso (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Igreja Católica, movimentos feministas, entre outros. (MOLINA, 2015).

Para Costa (1987) é na proeminência da crise do Estado capitalista monopolista e do regime político autoritário implantado, que os movimentos sociais emergem com solidez no cenário urbano brasileiro, constituindo novas forças políticas que se articulam e reativam a sociedade civil. A partir de meados da década de 1980, os movimentos sociais recém-surgidos agregaram uma parcela significativa da sociedade. Neste período, a sociedade civil estava voltada para reivindicação de direitos intimamente ligados ao conceito de cidadania, tais quais direitos políticos, econômicos e sociais.

Os movimentos sociais se constituíram em elementos de grande relevância na história das conquistas sociais em nosso país. Assim, eles nascem da iniciativa popular, cujo objetivo tem origem e é motivado pelas mazelas ocorridas no interior da sociedade seja pela implantação de um regime autoritário, seja entre o universo do capital em detrimento ao trabalho, pela exclusão de certos grupos sociais, pela assimetria de gênero e de raça, dentre outros destemperos. (MOLINA, 2015, p. 28).

O processo de luta pela redemocratização do país configura-se enquanto um momento importante da história do Brasil para pensar e refletir acerca do surgimento, atuação e relevância dos diferentes grupos e instituições da sociedade civil na luta contra o autoritarismo imposto pelo regime ditatorial. É um importante período para pensar como se estruturou a mobilização da população em meio a um ambiente político cheio de contradições econômicas e sociais.

Molina (2015) destaca que os movimentos sociais tiveram um papel relevante de resistência desde o início do golpe de 64, participaram ativamente por meio de diferentes formas como debates e manifestações públicas organizados pelo movimento estudantil, sindical, entre outros.

Silveira (2000) ressalta que a apesar de os indicadores socioeconômicos serem desabonadores nos anos 80, esta década revelou virtuosa do ponto de vista político com o aumento da participação da sociedade civil nas questões públicas. Uma das características marcantes dos movimentos sociais nesse período é que eles surgem organizados e mobilizados à revelia do Estado, ou seja, o surgimento dos movimentos sociais críticos e distantes das práticas tradicionais de clientelismo político, características presentes nos movimentos anteriores ao regime militar.

Os movimentos sociais dos anos 70-80 vinham ancorados na crítica aos movimentos da fase anterior ao golpe militar, cuja sujeição à tutela dos partidos e dos sindicatos, bem como à manipulação do poder público instituído, através de seus políticos populistas era tida com razão do fracasso dos trabalhadores e dos setores populares, de modo geral, em resistir à reação ao processo revolucionário que se desenhava e que foi interrompido pelo golpe. (SILVEIRA, 2000, p. 89-90).

No período anterior ao golpe de 64 os movimentos sociais não tiveram um grande relevo e/ou importância devido a sua forte ligação com práticas clientelistas. Consequentemente, os movimentos sociais daquele período, não trouxeram importantes mudanças para questões sociais do país. Muitas organizações civis, em especial os sindicatos, estavam estritamente ligados e controlados pelo poder institucional. Por outro lado, nos anos 80 os movimentos sociais cresceram bastante e tiveram uma ampla mobilização, inserindo suas demandas e visões na construção da Constituição Federal de 1988.

Nesse período houve um aumento considerável do número de OGS's e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores da classe média, também em expansão também reivindicam a concessão de direitos sociais [...]. As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de "Constituição Cidadão". (SILVEIRA, 2000, p. 83).

A constituinte de 1987/1988 ficou marcada na história brasileira pela sua inovadora abertura à ampla participação popular. A história do Brasil durante o regime militar é marcada pela efetiva atuação de diversos movimentos sociais que foram importantes para conquista de direitos tanto individuais quanto coletivos. Novos movimentos sociais que emergiram durante os anos 90 até os dias atuais são como os de década anteriores, também frutos de demandas sociais de diferentes perspectivas e bandeiras (MOLINA, 2015).

De acordo com Baquero (2008) há atualmente na América Latina cerca de um milhão de Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam, principalmente, nos campos da dimensão social. A abertura política ocorrida no Brasil no início dos anos de 1980, após o longo período de ditadura militar, ressignificou a participação da sociedade civil na gestão do Estado. Os movimentos sociais, anteriormente centrados e focados na luta pela liberdade, foram progressivamente se abrindo e se fragmentando em uma pluralidade de novos atores, novas formas e novos ideais. A prática do ativismo civil expresso na participação dos indivíduos em movimentos associativos tem demonstrado impactos importantes sobre propostas e política públicas elaboradas com a participação política.

Para Souza (2014) o espaço político e os movimentos associativos de base são os pilares de sustentação de uma democracia. Ainda de acordo com o mesmo autor, o momento ápice da criação de novas associações fora justamente o período após o regime militar, pois as associações de moradores que surgem naquele período e com ênfase nos problemas locais do bairro, já não precisam da clandestinidade para existir. Os movimentos associativos de base surgem através de redes de solidariedade entre os moradores que através da ajuda mútua procuram melhorar o terreno compartilhado pelos moradores, o espaço da rua, e constituir uma força que participará da tomada de decisões na cidade.

A principal função das associações comunitárias é, sem dúvida, uma função social constituída de membros solidários, elas visam a constituição de uma comunidade de interesse baseada na defesa de direitos iguais. Elas visam a criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre cidadãos e instituições (LUCHMANN, 2012, p.65).

As associações comunitárias podem ser compreendidas enquanto grupo de pessoas que tem como principal objetivo influenciar as decisões políticas em favor dos interesses da coletividade. Contudo, para que de fato esse objetivo seja alcançado é necessário o envolvimento de todos os membros, confiança e respeito a regras de convívio em coletivo para que de fato seja atingido o interesse de todos os envolvidos.

As associações de moradores instituídas no Brasil seguem o disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro e são definidas pela "união de pessoas que se organizam para fins não econômicos" (SILVEIRA, 2000), indo de encontro à definição de Norberto Bobbio (1988), que diz que as associações "consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos".

As associações buscam assim, a participação genuína, que se caracteriza pela voluntariedade, cooperação, descentralização de poder, espontaneidade e, principalmente, conscientização. Isso garante a colaboração democrática no estabelecimento das regras e regulamento, e também na execução administrativa e social dos objetivos de cada associação.

Atualmente, mesmo levando em consideração o incontestável papel que os movimentos sociais promoveu e continua promovendo na sociedade civil, a crítica feita por Luchmann (2012) é que passadas duas décadas da construção de espaços públicos de participação política, características da chamada "gestão participativa", cujo princípio de administração é descentralização das ações governamentais e o alargamento do processo decisório, a dimensão política de associativismo parece não predominar em relação as demais formas de associação baseadas no clientelismo, no assistencialismo e na instrumentalização da participação.

A crítica se dá em torno da atuação dos novos movimentos sociais em um ambiente político regido por contradições impostas pelas políticas neoliberais, em especial

fomentadas e promovidas pelos últimos governos. Observa-se também um arrefecimento dos movimentos sociais, impedindo que os mesmos tenham maior dinamismo e autonomia em suas demandas e reivindicações. Essa constatação nos leva a questionar qual o papel dos movimentos sociais atuais e quais as estratégias devem ser construídas para driblar a adversidade imposta pela política econômica implantada no Brasil nos últimos anos e garantir a consolidação do regime democrático.

ANÁLISE DA CONFIANÇA INTERPESSOAL E INSTITUCIONAL

A redemocratização do Brasil, inaugurada em 1989, pode ser classificada como uma democracia institucional representativa (VASCONCELOS e VISCARRA, 2016). Por outro lado, a dimensão institucional de alguma forma consolidada não é acompanhada por uma dimensão social, uma vez que vários aspectos e demandas sociais, relacionados à qualidade de vida das pessoas em especial a redução das desigualdades materiais não foram atenuadas com a institucionalidade do regime democrático.

Amorim (2004) destaca que a democracia representativa, ou seja, os partidos e políticos que deveriam representar segmentos da sociedade, já não conseguem identificar e atender as demandas e atenuar os problemas da população. Considerando esse panorama, procura-se problematizar a qualidade da democracia instaurada no país e como esta tem sido influenciada pelo afastamento das pessoas da esfera política. Índícios desta situação de insatisfação e descrença são vistos nos baixos índices de confiança institucional. O quadro abaixo apresenta as porcentagens de confiança dos membros de associações comunitárias rurais em indivíduos, grupos e instituições mediadoras da democracia. A partir da análise dos dados

apresentados pode-se concluir que grande número dos associados possuem baixa confiança institucional, destaque para o Congresso Nacional e os partidos políticos.

Na literatura política especializada, existe um certo grau de uniformidade de argumentos que demonstram uma correlação entre confiança interpessoal e cultura cívica (RENNÓ, 2001). A confiança interpessoal e a institucional são variáveis relevantes no estudo da cultura política, do associativismo e da democracia. Portanto, a questão central é compreender como essas duas variáveis são definidoras do comportamento dos agentes sociais.

Dados parciais referentes à confiança dos membros das associações comunitárias rurais de Feira de Santana revelam uma característica semelhante às diversas pesquisas que tem sido realizadas acerca das mesmas variáveis. O primeiro aspecto é a distinção entre os índices de confiança interpessoal e institucional.

Vasquez (2010) demonstra que não há correspondência entre os níveis de confiança interpessoal e institucional. O que motiva as pessoas a confiarem umas nas outras, pode não motivar a confiar nas instituições que regulam uma democracia. Os dados analisados dos membros das associações comunitárias destacam a descrença das diferentes camadas sociais frente a ineficiência das instituições mediadoras da democracia em atender as demandas sociais, políticas e econômicas. No caso específico, 60% dos entrevistados afirmaram não confiar no Congresso Nacional e 53% nos partidos políticos.

A confiança generalizada (tanto interpessoal quanto institucional) tem relação diretamente proporcional ao engajamento, isto é, quanto maior o nível de confiança generalizada maior será o engajamento cívico e certamente refletirá sobre a qualidade da democracia. Por outro lado, os dados acerca da confiança institucional comungam com

Quadro 1. Nível de confiança em indivíduos, grupos e instituições.

	Nenhuma Confiança %	Alguma Confiança %	Pouca Confiança %	Muita Confiança %
Família	02	08	06	84
Vizinhos	16	38	26	20
Pessoas Desconhecidas	50	22	26	02
Membros da Associação	00	16	22	62
Amigos	08	16	08	68
Polícia	42	35	21	02
Partidos Políticos	53	23	16	08
Congresso Nacional	60	15	23	02
Poder Judiciário	35	20	22	23
Mídia	38	16	15	31

Pesquisa de campo, 2018

Elaboração: Martinez Santos Martins

análise de Vasquez (2010), quando afirma que o cidadão brasileiro majoritariamente apoia a democracia como forma ideal de governo e apresenta baixos níveis de confiança institucional, sobretudo, em instituições importantes como o Congresso Nacional.

Observa-se uma população com características marcantes de desconfiança em instituições mediadoras do regime democrático, o que, por sua vez, pode ser preliminarmente explicado pelo momento atípico de crise política em que o país vive com diversas denúncias de corrupção envolvendo partidos e personalidades políticas. Por outro lado, a confiança nos próprios membros das associações chega a 62%, o que demonstra uma predisposição positiva dos agentes sociais em continuarem se organizando de modo coletivo.

VARIÁVEIS DA SOFISTICAÇÃO POLÍTICA

A sofisticação política como teoria pretende revelar generalizações a respeito do grau de interesse, envolvimento e conhecimento dos eleitores com a política, se participam de algum grupo político comunitário, dos meios em que o eleitor procura se informar sobre a política, e de como ele utiliza estas informações para votar (CASTRO, 1994; RADMANN, 2001; MONTENEGRO, 2010).

Os quadros 2, 3 e 4 a seguir apresentam aspectos referentes as três variáveis (interesse, envolvimento e conhecimento) do conceito de sofisticação política. Nota-se uma predisposição por partes dos membros das entidades em participarem de forma ativa das reuniões das associações.

Quadro 2. Conversa sobre política.

	Nunca %	Raramente %	Às vezes %	Frequentemente %
Associação de moradores	00	03	24	73
Amigos	00	00	39	61
Membros da família durante a campanha	00	04	04	92
Trabalho/Escola	15	18	25	42

Pesquisa de campo, 2018

Elaboração: Martinez Santos Martins

Quadro 3. Participação em reuniões de organizações de coletivos

	Nunca %	Raramente %	Às vezes %	Frequentemente %
Associação comunitária	00	04	08	88
Sindicato	03	35	25	37
Grupo religioso	00	04	15	81
Conselho municipal	12	35	30	23

Pesquisa de campo, 2018

Elaboração: Martinez Santos Martins

Quadro 4. Nomes de personalidades e termos referentes a política.

	1 item citado %	2 itens citados %	3 itens citados %	4 itens citados %
Vereadores	00	00	04	96
Partidos Políticos	00	03	02	95
Deputados Estaduais	04	16	12	68
Deputados Federais	15	18	21	46

Pesquisa de campo, 2018

Elaboração: Martinez Santos Martins

Montenegro (2010) destaca que democracias desenvolvidas apesar de taxas declinantes de comparecimento eleitoral, apresentam um aumento na participação cívica, e um alto percentual de eleitores sofisticados. A constatação de sofisticação política por parte dos eleitores é um bom indicador de desenvolvimento democrático, não implica um grau avançado de participação, mas pode demonstrar um olhar atento aos resultados das políticas públicas.

Para Castro (1994) o envolvimento pelo canal organizacional como por exemplo as associações comunitárias abrangem as atividades não institucionalizadas da política com propostas de novos arranjos e ligações entre sociedade civil e Estado. Os membros investigados das associações comunitárias rurais apresentam um alto índice de envolvimento nas reuniões realizadas pela entidade que são associados. Os dados revelam que 88% participam

frequentemente dessas reuniões. O que pode estar ligeiramente relacionado ao nível de confiança interpessoal existente entre os agentes sociais, como foi exposto no Quadro 1. Esta constatação ratifica a máxima de que para existir de fato um maior envolvimento o estabelecimento de laços de confiança interpessoal é imprescindível (BAQUERO, 2008).

Entretanto, existem poucas evidências do envolvimento desses agentes sociais de modo efetivo em outros grupos catalizadores de capital social como Sindicato e Conselhos Municipais. Além da própria associação, o grupo religioso é o segundo com maior envolvimento, com 81% de participação nas reuniões. Os dados possibilitam parcialmente concluir que os agentes sociais usufruem de uma ativa relação de envolvimento com o grupo de pessoas que compõem a entidade que são associados, mas pouco envolvimento com outros grupos coletivos, ou seja, grupos que se estruturam em redes horizontais, com princípios de democracia interna e envolvimento de seus membros, materializando outras estratégias na construção da esfera pública (Castro, 1994).

A gradação da frequência de conversa sobre política em cada grupo vai de 92% dos membros que conversam com a família sobre política durante a campanha, seguida de 73% que conversam com membros da própria associação, depois, 61% com amigos. Decrescendo à medida que a conversa passa para ambientes mais formais como trabalho e escola.

Para Castro (1994) dentre as três variáveis que compõem o conceito de sofisticação política, a variável conhecimento configura-se como a mais relevante para explicar o comportamento dos eleitores acerca das questões que envolvem a esfera política num determinado sistema político. O número de associados que lembram o nome dos quatro itens relacionados a política é expressivo. Entre os recursos políticos dos eleitores, a informação é o elemento central de uma participação ativa (RENNÓ, 2007).

Os dados da tabela 4 ratificam a existência de uma hierarquia segundo o poder político dos cargos (MONTENEGRO, 2013). Os vereadores são os mais lembrados, ou seja, 96% dos membros das associações citaram 4 nomes de vereadores eleitos na última eleição, em seguida deputado estadual com 68% e deputado federal com 46%.

Tomando unicamente o conhecimento de candidatos e siglas de partidos políticos como variáveis explicativas para mensurar a sofisticação política, constata-se que os eleitores membros de associação comunitária rural possuem um grau de conhecimento significativo, o que revela um eleitor atento as questões e aspectos relacionados a política/eleição.

Para Amorim (2001) a desconfiança e o distanciamento em relação a importantes instituições reguladoras do sistema democrático é o resultado da crescente avaliação negativa do desempenho dessas instituições em promover de modo efetivo políticas públicas eficazes que garantam uma real mudança na vida da população. Os partidos e políticos que deveriam atender as demandas e reivindicações da população já não conseguem

atenuar os diversos problemas, intensificando ainda mais a descrença nas instituições política, portando, na democracia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Debora Rezende de. **Pluralização da representação política e legitimidade democrática**: lições das instituições participantes no Brasil. Opinião Pública, Campinas, vol. 20, 2014.
- ANDRADE, Denise Almeida de; JUCÁ, Roberto Costa. **Participação política no Brasil**. Uma reflexão sobre as manifestações populares de junho a setembro de 2013 a partir da proposta de democracia deliberativa. UFC, 2014.
- AMORIM, Salete Souza. Opinião pública e reflexos da participação política no Paraguai. Congresso Latino Americano de Opinião Pública da Wapor (4). Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: interações e desafios. **Anais...** Belo Horizonte, 2011, pág. 1-24. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Maria-Salete-Souza-de-Amorim.pdf>>. Acesso em 09 mar 2018.
- BAQUERO, Marcello; AMORIM, Salete Souza. Cultura política fragmentada: papel do capital social na democratização brasileira. **Sociedade e Cultura**, v. 7, n 1, 2004, pág. 9-20. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/917>>. Acesso em 12 mai 2018.
- AVELAR, Lúcia. **A relação Estado/Sociedade, a participação política e os atores**. São Paulo: Ed. 2. Editora Unesp, 2007, p. 261-279.
- BAQUEIRO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 2, 2008, pág. 380-413.
- _____. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2003.
- _____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2007
- BONIFÁCIO, Robert. A participação política no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 34-45, set. 2012
- CASTRO, Mônica. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.
- CASTRO, Mônica. **Eleitorado brasileiro. Composição e grau de participação**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp. 2007, p. 349-358.
- COSTA, Maria das Dores. Movimentos sociais e a cidadania: Uma nova dimensão para a política social no Brasil. **Rev. Adm. Pub.** v. 22, n. 2. Rio de Janeiro. 1988.
- GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: Características e limites para construção de uma institu-

cionalidade democrática participativa. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: UNB, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291080&search=bahia|feira-de-santana>>. Acesso em 05out2016.

LUCHMANN, Lígia Helena Hchn. Modelos contemporâneos de democracia e o papel do associativismo. **Sociologia Política**. Curitiba. V. 20, 2012.

MOLINA, Sandra Cordeiro. Os movimentos sociais e a ditadura brasileira (1964-1985): Considerações sobre a participação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. **Universitas Humanas**, Brasília, V. 2, 2015.

MONTENEGRO, Nelson. **Sofisticação política em Feira de Santana**, Bahia. 2013.

OSLON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Ed. 5, Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2002, 260p.

RENNÓ, Lucio. SELIGSON, Mitchell A. Mensurando confiança interpessoal: Notas acerca de um conceito multidimensional. **Ver. De Ciências Sociais**, vol. 43, 2000.

RENNÓ, Lúcio. Confiança interpessoal comportamento político: micro fundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VII, n. 1, 2001. P. 33-59.

RENNÓ, Lúcio. Desigualdade e informação política: As eleições brasileiras de 2002. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 4, 2007, p. 721-755.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da região sisaleira da Bahia. Feira de Santana, Bahia: UEFS Editora, 2010. 216 p: il.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Mediações**. Londrina, v.5, 2000,

VACONCELOS, Camila, VISCARRA, Simone Piletti. Democracia no Brasil: a incidência de confiança institucional sobre a participação política brasileira. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 4, n. 1, pp. 24-44. 2006.

VÁSQUEZ, Rodrigo Alonso. **Confiança institucional e corrupção política no Brasil pós 1985**. 2010. 181f. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

VISCARRA, Simone Piletti. **Os Porto-Alegrenses e a dimensão formal da democracia**. Vol. 1, n 1. Cascavel: Edunioste, p. 111-130, 2009.